United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Mbanza Kongo, Vestiges of the Capital of the former Kingdom of Kongo inscribed on the World Heritage List in 2017

REPÚBLICA DE ANGOLA

COMITÉ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DO CENTRO HISTÓRICO DE MBANZA KONGO

GABINETE TÉCNICO DE GESTÃO

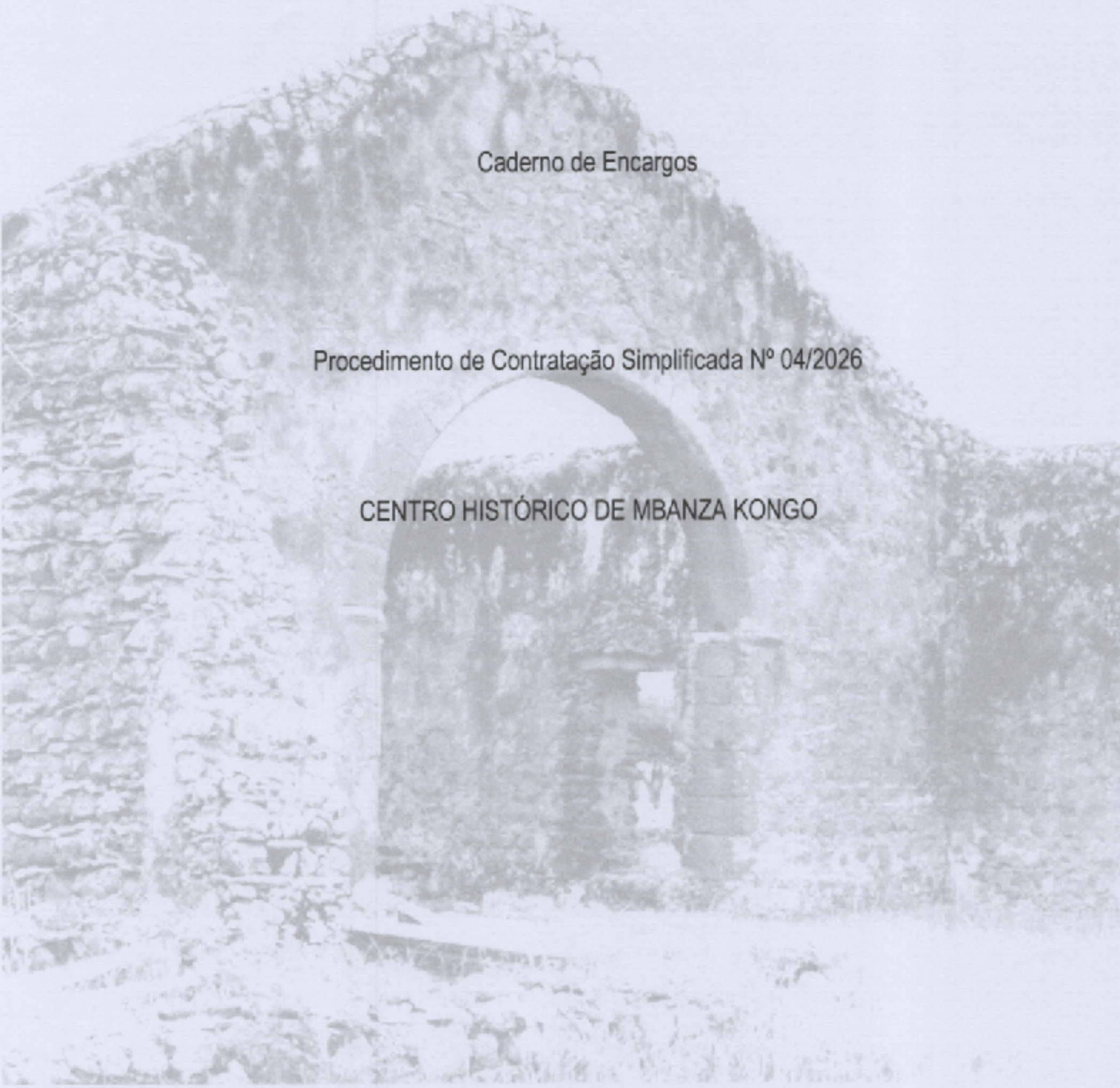
CADERNO DE ENCARGOS

PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO SIMPLIFICADA **N.º 04/2026**

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTUDO, FISCALIZAÇÃO E CONSULTORIA PARA A TRADUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE MBANZA KONGO (2024-2028) DO PORTUGUÊS PARA FRANCÊS



OUTUBRO, 2026



Caderno de Encargos

Procedimento de Contratação Simplificada Nº 04/2026

CENTRO HISTÓRICO DE MBANZA KONGO

Mbanza Kongo, aos 16 de Outubro de 2026

Ruela Pedro Kazu –Sagrada Esperança- Mbanza Kongo – Zaire – Angola
TLM: 923 338 501/926 090 797 / E-mail: chmbk.gtg.gabinete@gmail.com

TÍTULO I
CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª – Definições

Nos documentos do procedimento e do Contrato, as palavras e expressões seguintes têm o significado que neste parágrafo se lhes atribui, salvo quando o contexto impuser diferente raciocínio, entende-se por:

a) «*Entidade Pública Contratante (EPC)*», entende-se a **Centro Histórico de Mbanza Kongo**;

b) «*Prestador de Serviços*», a sociedade ou o comerciante a quem a EPC adjudica a proposta de aquisição de serviços de Estudo, Fiscalização e Consultoria para a tradução do Plano de Gestão de Mbanza Kongo (2024-2028) do Português para Francês;

c) «*Contrato*», o acordo assinado pela EPC e o Prestador de Serviços onde se estipulam as condições e deveres entre ambos para a aquisição de.

d) «Especificações»: é um documento que fornece informações específicas sobre uma Prestação de Serviço.

e) «Partes»: significa a Contratante e a Contratada em conjunto e Parte significa qualquer delas individualmente.

f) «Representante da Contratante e da Contratada»: significa a pessoa designada pela Contratante ou pela Contratada, para agir em seu nome.

g) «Serviços»: significa a execução de uma tarefa, o fornecimento de orientação, aconselhamento e consultoria, suporte ou acesso a um recurso que a Contratada fornece ou torna disponível à Contratante.

h) «Não Conformidade» significa a desconformidade entre o tipo e qualidade dos serviços, previstos entre o facturado e o realmente executado e devido;

Cláusula 2.ª – Objecto

1- O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar, na sequência do Procedimento de Contratação Simplificada com vista à aquisição **de serviços de Estudo, Fiscalização e Consultoria para a tradução do Plano de Gestão de Mbanza Kongo (2024-2028) do Português para Francês**.
2- A assinatura do Contrato não confere ao Prestador de Serviço qualquer direito de exclusividade na prestação dos serviços aqui referidos.
3- A prestação dos serviços objecto do procedimento deve observar o disposto no presente Caderno de Encargos.
4- O objecto do Contrato referido no presente Caderno de Encargos abrange todos os serviços e demais intervenções que estão indicados e detalhados nas especificações técnicas e na proposta comercial e que representam o conjunto de actividades necessárias para a integral execução dos serviços.

Cláusula 3.ª – Contrato e Prevalência

1- O Contrato subjacente ao presente Procedimento é celebrado em regra por escrito.
2- O Contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e seus anexos.
3- O Contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
   a) Os esclarecimentos e as rectificações ao Caderno de Encargos, prestados pela EPC;

Ruela Pedro Kazu –Sagrada Esperança- Mbanza Kongo – Zaire – Angola
TLM: 923 338 501/926 090 797 / E-mail: chmbk.gtg.gabinete@gmail.com

b) O Caderno de Encargos;
c) A Proposta Adjudicada, e
d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário, e aceites pela EPC.

4- Em caso de divergência entre os documentos referidos na cláusula anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
5- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 da presente cláusula e o clausulado do Contrato, prevalecem os primeiros, salvo quando os ajustamentos propostos tenham sido aceites pelo Prestador de Serviços.

Cláusula 4.ª – Prazo de Vigência

1- O Contrato mantém-se em vigor até 31 de Dezembro de 2026, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.
2- Em todos os casos, o prazo de vigência do Contrato não pode ser superior a quarenta e oito meses, incluindo quaisquer prorrogações expressas ou tácitas do prazo de execução das prestações que constituem o seu objecto.

CAPÍTULO II
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DAS PARTES

Cláusula 5.ª – Obrigações da Entidade Pública Contratante

1- Pela adequada realização dos serviços objecto do Contrato, a EPC deve:

a) Criar as condições adequadas para a realização dos serviços;

b) Pagar ao Prestador de Serviços o preço estabelecido no Contrato a celebrar;

c) Efectuar os pagamentos na moeda legal em curso na República de Angola;

d) Designar um Gestor de Contrato a quem compete acompanhar todo o ciclo de vida do Contrato, reportar as implicações das modificações ou rescisões antecipadas do Contrato, ter a visibilidade de todos actos Administrativos.

e) Pagar o preço no prazo de 30 dias após a recepção das respectivas facturas.

2- Não sendo observado o prazo estabelecido na alínea e) do número anterior, considera-se que a respectiva prestação só vence nos 40 dias subsequentes à recepção das facturas.
3- Em caso de discordância por parte da EPC, quanto aos valores indicados nas facturas, deve esta comunicar ao Prestador de Serviços, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.
4- Desde que devidamente emitidas e aceites pela EPC, as facturas devem ser pagas nos termos e prazos legalmente estabelecidos.

5- A EPC deve igualmente:
a) Criar as condições necessárias para que o Prestador de Serviços tenha acesso a todas as informações necessárias à prestação dos serviços com a qualidade necessária.
b) Designar um representante técnico antes do início dos serviços que deve funcionar como elemento de contacto.

Ruela Pedro Kazu –Sagrada Esperança- Mbanza Kongo – Zaire – Angola
TLM: 923 338 501/926 090 797 / E-mail: chmbk.gtg.gabinete@gmail.com

c) Disponibilizar, sempre que necessário, espaço físico e instalações adequadas para a execução dos serviços, mantendo tais locais e respectivos acessos em condições de trânsito e livres para a execução dos serviços.

Cláusula 6.ª – Obrigações do Prestador de Serviços

1- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou nas cláusulas contratuais, da celebração do Contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

a) Executar os serviços em Mbanza Kongo, nos exactos termos estabelecidos no presente Caderno de Encargos, segundo padrões de qualidade internacionais, comprovadamente reconhecidos, adequados às condições concretas de Angola;

b) Dispor de todos os recursos necessários para a prestação dos serviços, incluindo pessoal qualificado, máquinas, equipamento e materiais;

c) Cumprir e fazer com que todos os seus trabalhadores, colaboradores, agentes ou representantes cumpram, rigorosamente, todas as políticas e regulamentos internos da EPC, sempre que dentro das instalações desta;

d) Designar um responsável ou representante técnico, antes do início dos serviços, que deverá actuar como elemento de contacto e representante do Prestador de Serviços, com poderes para negociar sobre aspectos comerciais, tais como extensões de projectos, pedidos de alterações ou grandes ajustes do plano ou do projecto;

e) Qualificar e manter qualificados os seus trabalhadores de acordo com as necessidades específicas dos serviços objecto do presente Caderno de Encargos;

f) Manter, plenamente, válidos todos os seguros legalmente requeridos, necessários à execução do objecto do presente Contrato, durante todo o período de vigência;

g) Comunicar, imediatamente, à EPC a ocorrência de quaisquer factos que venham a afectar os serviços sob sua responsabilidade, tais como acidentes, interrupção de vias, apreensões, avaria nos veículos, furtos e outros;

h) Permitir à EPC, sem limites, a fiscalização dos serviços, obrigando-se a atender às recomendações desta, sem que por essa via fique o Prestador de Serviços, por qualquer forma eximido das obrigações e responsabilidades assumidas em sede do Caderno de Encargos;

i) Corrigir os estudos ou trabalhos que haja produzido e sejam considerados como deficientes, sem encargos adicionais para a EPC;

j) Fornecer ao seu pessoal equipamentos adequados ao tipo de actividade a ser desenvolvida, mantendo a segurança, saúde e higiene no trabalho nos termos da legislação e demais normas regulamentares em vigor;

k) Garantir que a prestação dos serviços não é interrompida por ausência de materiais ou de técnico titular e que seja mantida a qualidade dos Serviços;

l) Substituir qualquer trabalhador, colaborador, agente ou representante utilizado na prestação de serviços, mediante mera interpelação da EPC, sempre que esta considere necessário, não determinando tal substituição qualquer modificação das condições contratuais;

m) Concluir a execução dos serviços de acordo com o cronograma de trabalho definido por Centro Histórico de Mbanza Kongo, que faz parte integrante do presente Caderno de Encargos.

Ruela Pedro Kazu –Sagrada Esperança- Mbanza Kongo – Zaire – Angola
TLM: 923 338 501/926 090 797 / E-mail: chmbk.gtg.gabinete@gmail.com

n) Executar os serviços com os mais altos padrões de competência profissional e integridade ética;

o) Indicar a lista de todos os membros da equipa envolvidos no projecto com informações detalhadas sobre as suas áreas de actuação e as capacidades mínimas e, caso haja indisponibilidade de algum membro alocado ao projecto, deve-se designar outro com habilitações e experiências iguais ou superiores ao do substituído, sob aprovação da EPC;

p) Respeitar toda a legislação que lhe seja aplicável, bem como as normas e especificações de organismos oficiais ou entidades detentoras de patente ou de direitos de autor.

Cláusula 7.ª – Local da Prestação dos Serviços

1- Os serviços objecto do presente procedimento devem ser prestados em Mbanza Kongo, determinado pela EPC.
2- A EPC pode, na vigência do Contrato, solicitar a prestação dos serviços objecto do presente procedimento noutros locais a indicar, com caracter temporário ou permanente, sem quaisquer alterações no preço.

Cláusula 8.ª – Idioma da Prestação dos Serviços

1- Os serviços devem ser prestados em português e francês, devendo todos os recursos afectos à prestação dos serviços e que interajam directamente com a EPC ter o domínio da Língua Portuguesa e Francesa, oral e escrita.
2- A documentação a fornecer deve ser redigida em português e francês, apenas podendo ser redigida noutra língua quando a EPC assim o requeira ou consinta.

Cláusula 9.ª – Equipa Técnica

A equipa técnica disponibilizada pelo Prestador de Serviços para a execução do Contrato deve ter os recursos necessários e adequados ao cabal e perfeito cumprimento das obrigações, em conformidade com o disposto nas Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos.

Cláusula 10.ª – Gestão do Pessoal

1- Durante todo o período de vigência do Contrato o Prestador de Serviços é responsável pelo recrutamento, remuneração, formação e gestão de todo o pessoal necessário à eficaz prestação dos serviços, em qualquer dia do ano.
2- Durante todo o período de vigência do Contrato, o Prestador de Serviços é responsável perante a EPC e perante terceiros, pelos actos de todo o pessoal que utilizar na execução do Contrato e pelos riscos inerentes ao desenvolvimento das actividades compreendidas na prestação dos serviços.

3- A responsabilidade pela correcta execução do Contrato é exclusiva do Prestador de Serviços, ainda que este recorra a terceiros para a referida execução.

Cláusula 11.ª – Aceitação dos Serviços

1- Caso os serviços sejam devidamente prestados e não se detectem insuficiências ou discrepâncias, no prazo máximo de 30 dias, a EPC e o Prestador de Serviços assinam o auto de conclusão da prestação dos serviços.
2- Os entregáveis devem ser aprovados e validados pelo gestor do Contrato.
3- Com a assinatura do auto de conclusão da prestação dos serviços ocorre a cessação da obrigação do Prestador de Serviços.
4- A assinatura do auto de conclusão da prestação dos serviços não implica a aceitação de eventuais insuficiências ou discrepâncias dos serviços objecto do Contrato, prevalecendo as eventuais obrigações de garantia que impendem sobre o Prestador de Serviços.

Ruela Pedro Kazu –Sagrada Esperança- Mbanza Kongo – Zaire – Angola
TLM: 923 338 501/926 090 797 / E-mail: chmbk.gtg.gabinete@gmail.com

TÍTULO II

CLÁUSULAS TÉCNICAS E FINANCEIRAS

CAPÍTULO I
DAS GARANTIAS

Cláusula 12.ª – Garantia

1- O prazo de garantia dos serviços previstos no presente Caderno de Encargos é de 1 ano, a contar da data da execução total dos serviços.
2- No caso de serem detectadas deficiências durante o período de garantia referido no número anterior, o Prestador dos Serviços obriga-se a executar, à sua conta e de imediato, todos os trabalhos de correcção que sejam necessários.

Cláusula 13.ª – Modos de Prestação da Caução

1- A caução pode ser prestada em dinheiro, cheque visado, títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, garantia bancária ou seguro-caução.

2- Todas as despesas derivadas da prestação da Caução são da responsabilidade do Prestador de Serviços.

Cláusula 14.ª – Adiantamentos de Preço

1- A pedido do Prestador de Serviços, e caso assim o decida, a EPC pode efectuar adiantamentos de preço por conta dos serviços a prestar ou de actos preparatórios ou acessórios desses serviços, desde que:

a) O valor do adiantamento não seja superior a 50% do preço contratual;

b) O Prestador de Serviços tenha previamente comprovado à EPC a prestação de uma caução para adiantamento de preço, nos termos constantes da Lei dos Contratos Púbicos.

2- Os adiantamentos serão imputados aos pagamentos previstos da seguinte forma:

a) Pagamento por via de Ordem de Saque.

Cláusula 15.ª – Formas e Condições de Pagamento

1- Os pagamentos devem ser efectuados na moeda legal em curso na República de Angola.

2- A factura deve ser paga no prazo de 30 dias, após a aceitação pelo(a) Entidade Pública Contratante, das respectivas facturas.

3- Em caso de discordância por parte do(a) Entidade Pública Contratante, quanto aos valores indicados na factura, deve este comunicar ao Prestador de Serviços, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.

Cláusula 16.ª – Cabimentação Orçamental

1- Nos termos da legislação sobre a execução do Orçamento Geral do Estado (OGE), o valor global do presente Contrato será garantido pela verba inscrita no OGE de 2026, conforme o seguinte detalhe:

a) Unidade Orçamental (UO): Centro Histórico De Mbanza Kongo;
b) Órgão Dependente (OD): Centro Histórico De Mbanza Congo;

Ruela Pedro Kazu –Sagrada Esperança- Mbanza Kongo – Zaire – Angola
TLM: 923 338 501/926 090 797 / E-mail: chmbk.gtg.gabinete@gmail.com

c) Função: Serviços Culturais;
d) Programa: Acções Correntes;
e) Projecto ou Actividade: Operação e Manutenção Geral dos Serviços;
f) Fonte de Recursos: Recursos Ordinários do Tesouro;
g) Natureza: Serviços de Estudo, Fiscalização e Consultoria.

2- O Prestador dos Serviços antes de iniciar a execução do Contrato deve exigir a sua via da Nota de Cabimentação Global.

Cláusula 17.ª – Seguros

1- O Prestador dos Serviços deve celebrar os seguintes seguros obrigatórios, adequados à protecção dos interesses da EPC:
   a) Contra Acidentes de Trabalho;

   b) De Responsabilidade Civil multirriscos por todos os danos corporais e/ou materiais causados a terceiros e /ou à EPC.

2- O Prestador de Serviços obriga-se a manter durante toda a duração do Contrato que vier a ser celebrado e eventual prorrogação, os seguros referenciados no número anterior, devidamente pagos e actualizados.

Cláusula 18.ª – Sigilo e Confidencialidade

1- O Prestador de Serviços assume a obrigação de que a informação e documentação, seja qual for o seu suporte, não será transmitida a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do Contrato.
2- Obriga-se, igualmente, a proteger a informação confidencial de modo adequado ou de acordo com os *standards* profissionais aplicáveis, e a não utilizar em circunstância alguma, os dados e informações fornecidos pela EPC, para quaisquer outros fins que não os inerentes ao desenvolvimento e execução do Contrato.
3- O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do Contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à protecção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas.

Cláusula 19.ª – Propriedade Intelectual e Direitos de Autor

1- Todo o "*know-how*" relativo à prestação dos serviços compreendidos no presente procedimento, nomeadamente o resultante de relatórios elaborados pelo Prestador de Serviços, por entidades subcontratadas bem como todos os direitos de propriedade intelectual sobre os mesmos são, nos termos do Contrato a celebrar, na medida em que a Lei o permita, propriedade da EPC, para todos os efeitos, podendo esta livremente modificá-los e utilizá-los para quaisquer fins.
2- O Prestador de Serviços obriga-se, nos Contratos que celebrar com entidades subcontratadas, a garantir o disposto no número anterior.
3- O Prestador de Serviços deve indemnizar a EPC por todos os prejuízos, danos ou custos emergentes de acções ou procedimentos por violação de direitos de propriedade intelectual relativamente aos documentos, manuais, equipamentos, materiais, desenhos, peças escritas ou desenhadas, ideias ou técnicas protegidas por direitos de propriedade intelectual, mesmo que tal violação não fique a dever-se a negligência ou dolo do Prestador de Serviços.
4- As obrigações que resultem da utilização directa ou indirecta de patentes, desenhos, marcas de comércio ou de fabrico, incluindo as relativas à obtenção, junto dos respetivos proprietários, das necessárias autorizações e as inerentes ao pagamento dos correspondentes encargos, ficam a cargo exclusivo do Prestador de Serviços,

Ruela Pedro Kazu –Sagrada Esperança- Mbanza Kongo – Zaire – Angola
TLM: 923 338 501/926 090 797 / E-mail: chmbk.gtg.gabinete@gmail.com

que se deve considerar como único responsável no caso de qualquer questão jurídica daí resultante, bem como por qualquer reclamação decorrente da violação ou alegação de violação desses direitos.

5- O Prestador de Serviços não pode invocar quaisquer direitos pessoais relativamente a direitos de propriedade intelectual com vista a obstar ao cumprimento das obrigações que para ele decorram do Contrato a celebrar.
6- O Prestador de Serviços deve cumprir todas as obrigações e deveres legais que resultem da utilização directa ou indirecta de direitos de propriedade industrial da EPC ou de terceiros, designadamente desenhos registados, marcas de comércio ou fabrico, patentes registadas ou licenças.

7- Em caso de violação, ou de alegada violação, dos direitos de propriedade industrial referidos no número anterior, o Prestador de Serviços é o único responsável por qualquer questão judicial ou reclamação feita à EPC, indemnizando-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 20.ª – Mora no Pagamento

Caso o pagamento não seja realizado no prazo de 60 dias a contar da data da execução de todos os serviços, o Prestador de Serviços tem direito a juros de mora à taxa legal.

CAPÍTULO II

DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula 21.ª – Fiscalização

1- Sem prejuízo das tarefas cometidas ao representante da EPC, esta pode designar uma pessoa, singular ou colectiva, com qualificações técnicas suficientes, para fiscalizar os serviços a realizar pelo Prestador de Serviços, de acordo com o estipulado no presente Caderno de Encargos.
2- A EPC deve informar ao Prestador de Serviços, por escrito, sobre a autoridade, responsabilidade, procedimentos de trabalhos e âmbito da supervisão do Fiscal em causa.
3- O custo da fiscalização não se vai incluir no valor total do Contrato e deve ser suportado pela EPC.

TÍTULO III

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

CAPÍTULO I

PENALIDADES

Cláusula 22.ª – Atrasos e Penalidades

1- No caso de incumprimento dos prazos fixados no Contrato e por causa imputável ao Prestador de Serviços, é devida a multa diária no valor de 1% do valor do contrato.
2- Em caso de resolução do Contrato por incumprimento do Prestador de Serviços, a EPC pode exigir o pagamento de uma indemnização.
3- Na determinação da gravidade do incumprimento, a EPC deve ter em conta a duração da infracção, a sua reiteração, o grau de culpa do Prestador de Serviços e as consequências do incumprimento.
4- As sanções previstas na presente Cláusula não obstam a que a EPC exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 23.ª – Casos Fortuitos ou de Força Maior e Factos Imputáveis a Terceiros

1- Não podem ser impostas penalidades ao Prestador de Serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso

Ruela Pedro Kazu –Sagrada Esperança- Mbanza Kongo – Zaire – Angola
TLM: 923 336 501/926 090 797 / E-mail: chmbk.gtg.gabinete@gmail.com

de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que de natureza extraordinária ou imprevisível exterior à vontade da parte afectada e que por esta não possa ser controlada.

2- Podem constituir força maior, e se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, as situações de guerra (declarada ou não), tumulto, insurreição civil, catástrofes naturais, greves gerais de âmbito nacional, incêndios, inundações, explosões, decisões governamentais ou outras situações não controláveis pelas partes.
3- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser comunicada à parte contrária no prazo máximo de 5 dias a contar da data em que tenham tido conhecimento da ocorrência do mesmo.
4- Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Prestador de Serviços deve comunicar à EPC quais as obrigações emergentes do Contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontre impedido ou dificultado por força de tal ocorrência e as medidas que pretende pôr em prática a fim de mitigar o impacto da referida situação e os respectivos prazos, no período de 15 dias, a contar do conhecimento da ocorrência da circunstância de força maior.

Cláusula 24.ª – Resolução por parte da Entidade Pública Contratante

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, a EPC pode resolver o Contrato, a título sancionatório, no caso do Prestador de Serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, nos seguintes casos:
   a) Pelo atraso na prestação dos serviços superior a 2 meses ou declaração escrita do adjudicatário de que o atraso respectivo excederá esse prazo;
   b) O incumprimento total ou parcial do Contrato por parte do Prestador de Serviços;
   c) A falência do Prestador de Serviços ou providência cautelar ou diligência em acção executiva que incida sobre bens e equipamentos que impeçam a normal prossecução da prestação dos serviços;
   d) A dissolução e liquidação do Prestador de Serviços.

2- A resolução do Contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pela EPC.

Cláusula 25.ª – Resolução por parte do Prestador de Serviços

1- Sem prejuizo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o Prestador de Serviços pode resolver o Contrato quando:
   a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida a título de multas exceda 45% do preço contratual, excluindo juros;
   b) O incumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela EPC no Contrato, que coloque em causa a sua manutenção.
2- Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à EPC, que produz efeitos no período de 30 dias após a recepção da declaração, salvo se a EPC cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3- Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o direito de rescisão apenas é possível quando a rescisão não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do Contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do Prestador de Serviços ou se revele excessivamente onerosa, devendo, neste último caso, serem devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.
4- A resolução do Contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Prestador de Serviços.

Ruela Pedro Kazu –Sagrada Esperança- Mbanza Kongo – Zaire – Angola
TLM: 923 338 501/926 090 797 / E-mail: chmbk.gtg.gabinete@gmail.com

CAPÍTULO II
RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 26.ª – Resolução Extrajudicial

1- As Partes declaram estar de boa-fé e que hão-de envidar todos os esforços e utilizar todos os meios ao seu alcance, com vista a assegurar a prossecução dos objectivos previstos no Contrato, privilegiando sempre a solução de quaisquer divergências, dúvidas ou omissões, pelo recurso à colaboração e à conciliação.

2- As Partes regulam as suas relações, em tudo quanto se refira o Contrato e ao seu objecto, pelos princípios da equidade e da boa-fé e hão-de procurar conciliar sempre os seus interesses particulares. com o espírito de mútua colaboração e amigável compreensão.

3- Em caso de disputa ou litígio quanto a questões relativas à interpretação, aplicação ou integração do Contrato, ou com a sua validade e eficácia, ou de qualquer uma das suas Cláusulas, aplica-se o disposto na LCP.
4- Para efeitos do número anterior, são meios disponíveis na LCP a Resolução Extrajudicial e o Recurso Judicial.

5- Para todas as questões emergentes do Contrato, esgotados todos os mecanismos extrajudiciais de resolução de conflitos entre as partes, será competente o Tribunal da Comarca de Mbanza Kongo.

TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 27.ª – Cessão da Posição Contratual

1- O Prestador de Serviços não pode ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do Contrato sem autorização da EPC, sob pena de rescisão do Contrato.

2- O Prestador de Serviços não pode, sem prévia autorização da EPC, subcontratar empresas para prestar os serviços a que está obrigado contratualmente.

Cláusula 28.ª – Subcontratação

Deve o Prestador de Serviços, sempre que possível, subcontratar as Micro, Pequenas e Médias Empresas, tendo em atenção, a especificidade do serviço a prestar bem como o objecto comercial da contratação em causa.

Cláusula 29.ª – Outros Encargos

Todas as despesas derivadas da prestação da caução, licenças, taxas e impostos são da responsabilidade do Prestador de Serviços.

Cláusula 30.ª – Modificações

1- As modificações ao Contrato podem ser iniciadas, tanto pela EPC como pelo Prestador de Serviços, em qualquer momento anterior à execução final do Contrato.

2- Caso a EPC ou o Prestador de Serviços queiram fazer alguma modificação ao Contrato, terão de fazê-lo mediante acordo escrito, nos termos da legislação em vigor.

Ruela Pedro Kazu –Sagrada Esperança- Mbanza Kongo – Zaire – Angola
TLM: 923 338 501/926 090 797 / E-mail: chmbk.gtg.gabinete@gmail.com

Cláusula 31.ª – Alteração de Circunstâncias

1- A publicação de novas leis ou regulamentos, bem como a aprovação de quaisquer medidas administrativas que violem os direitos, intensifiquem as obrigações ou diminuam as garantias legais ou contratuais das Partes e que possam causar prejuízos ou afectar o equilíbrio económico e financeiro do Contrato e/ou os pressupostos que conduziram à sua celebração, devem ser considerados, para efeitos do disposto no Código Civil, como alteração das circunstâncias que levaram as Partes a celebrar o Contrato.

2- Na eventualidade da ocorrência de alguma circunstância prevista no número anterior, as Partes devem, por via de acordo, rever o Contrato, a fim de restabelecer o seu equilíbrio com base na salvaguarda dos interesses de ambas.

Cláusula 32.ª – Comunicações e Notificações

1- Quaisquer comunicações ou notificações entre o Centro Histórico de Mbanza Kongo e o Prestador de Serviço devem ser efectuadas através de carta protocolada ou, registada, bem como por correio electrónico com aviso de recepção.

2- Qualquer comunicação ou notificação feita é considerada recebida nas seguintes situações:

a) Na data da respectiva expedição, quando efectuadas através de correio electrónico ou de outro meio de transmissão escrita e electrónica de dados;

c) Na data da assinatura do aviso, quando efectuadas por carta registada com aviso de recepção;

d) Na data da entrega, quando entregues nos serviços da EPC.

3- Qualquer alteração das informações de Contacto de cada parte, incluindo a alteração do representante legal e da sede social, deve ser imediatamente comunicada à outra parte, nos termos do n.º 1 da presente cláusula.

Cláusula 33.ª – Contagem dos Prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos, contam-se em dias úteis, suspendendo-se aos Sábados, Domingos e dias feriados.

Cláusula 34.ª – Legislação Aplicável

1- O Contrato é regulado pelas cláusulas constantes do mesmo, do presente Caderno de Encargos, assim como pela Lei dos Contratos Públicos (LCP).

2- O Prestador de Serviços deve observar, em todas as suas disposições imperativas e nas demais, o disposto no Contrato, no presente Caderno de Encargos e no diploma legal referido no número anterior, ficando igualmente obrigado ao pontual cumprimento de todos os demais que se encontrem em vigor na República de Angola e que se relacionem com o Contrato.

Cláusula 35.ª – Data de Entrada em Vigor

1- O Contrato entra em vigor quando forem cumpridos os seguintes pressupostos:
   a) Assinatura do Contrato pelas Partes;

2- A data do cumprimento da obrigação realizada em último lugar é a da entrada em vigor do Contrato, devendo as partes confirmar a data de entrada em vigor do Contrato por escrito.

Ruela Pedro Kazu –Sagrada Esperança- Mbanza Kongo – Zaire – Angola
TLM: 923 338 501/926 090 797 / E-mail: chmbk.gtg.gabinete@gmail.com

1. SERVIÇOS DE ESTUDO, FISCALIZAÇÃO E CONSULTORIA PARA A TRADUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE MBANZA KONGO (2024-2028) DO PORTUGUÊS PARA FRANCÊS

1.1. Locais

Os serviços de estudo, fiscalização e consultoria para a tradução do Plano de Gestão de Mbanza Kongo (2024-2028) do Português para Francês, englobam serviços cuja a execução dos trabalhos serão prestados de acordo a necessidade e configuração dos locais abaixo-indicados:

Designação	Frequência
Instalações da Empresa em Luanda	Segunda a sexta-feira
Instalações do Centro Histórico de Mbanza Kongo	Segunda a sexta-feira

1.2. Descrição dos serviços a efectuar

Os serviços de estudo, fiscalização e consultoria para a tradução do Plano de Gestão de Mbanza Kongo (2024-2028) do Português para Francês que serão prestados deverão ser discutidos pelos representantes das partes, podendo incluir-se determinadas tarefas (análise e correcção preliminar) para se assegurar o alcance dos objectivos pretendidos.

2. SERVIÇOS DE ESTUDO, FISCALIZAÇÃO E CONSULTORIA PARA A TRADUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE MBANZA KONGO (2024-2028) DO PORTUGUÊS PARA FRANCÊS

2.1. Objectivo

Os serviços de estudo, fiscalização e consultoria para a adjudicar no âmbito do presente procedimento correspondem aos serviços de tradução do Plano de Gestão de Mbanza Kongo (2024-2028) do Português para Francês.

2.2. Precauções

Durante a execução dos serviços estudo, fiscalização e consultoria, a equipa de trabalho deverá observar boas práticas de respeito à ordem e a organização das informações no documento a ser traduzido, bem como a manutenção da qualidade dos elementos econográficos.

2.3. Prestação de contas

O prestador de serviços de estudo, fiscalização e consultoria deverá comunicar, por escrito, no fim do prazo sobre a ocorrência de factos relevantes, o progresso do trabalho e as possíveis melhorias necessárias para a execução cabal das suas tarefas.

Ruela Pedro Kazu –Sagrada Esperança- Mbanza Kongo – Zaire – Angola
TLM: 923 338 501/926 090 797 / E-mail: chmbk.gtg.gabinete@gmail.com